

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM LINGUÍSTICA

**Uma “semântica do desaparecimento” no Conc Sul: estudo dos indícios discursivos
da relação entre crianças e os regimes de exceção**

Relatório Parcial – Iniciação Científica

Processo: 2015/02228-4

Aluna: Débora Esteves Baptista

(3º ano, Bacharelado em Linguística, UFSCar, São Carlos – SP)

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado

Departamento de Letras



Deborabap

São Carlos

2015.

SUMÁRIO

Resumo.....	4
Resumo das atividades parciais.....	4
1. Introdução.....	5
2. Aprofundamento teórico.....	7
2.1 Ditadura militar no Cone Sul.....	7
2.2 Interdiscurso.....	14
2.3 Silêncio.....	18
2.4 Semântica global.....	19
2.5 Competência discursiva.....	22
3. Corpus e encaminhamentos preliminares da análise.....	24
3.1 <i>O ano em que meus pais saíram de férias</i>	24
3.2 <i>Machuca</i>	27
3.3 <i>Kamchatka</i>	29
3.4 Práticas intersemióticas.....	33
4. Análises parciais.....	34
5. Cronograma de trabalho.....	41
6. Bibliografia citada.....	42
7. Anexos.....	43

Resumo

No Projeto de Pesquisa, foi proposto que buscaríamos compreender se e como se delimita uma semântica relacionada aos desaparecimentos e mortes ocorridos durante o período em que foi vivido o regime militar nos países do Cone Sul. Para isso, estudamos três filmes que contam a história e três garotos que vivem envoltos por mistérios, silêncios, metáforas e não ditos, pelo fato de estarem colocados em lugares ideológicos, e muitas vezes físicos, desconhecidos. Seus pais também pouco dizem sobre a situação que estão vivendo, o que faz o entendimento dos garotos ficar ainda mais limitado. Neste Relatório Parcial buscamos explicitar como foi construída uma determinada base política no Brasil, na Argentina e no Chile que se colocou como um ponto semelhante entre os países e serviu para estabelecer aliança entre os mesmos, comentando alguns dos documentos liberados recentemente pela Comissão Nacional da Verdade brasileira e observando como foram arquivados e classificados os casos de desaparecimento, morte e tortura de que se tem notícia nos países citados.

Para compreender como os sentidos são construídos para essas crianças, observaremos, nas narrativas fílmicas, tomadas aqui como textualização de discursos, quais são os fatores presentes no dia a dia que fazem com que construam sentidos para o que acontece no mundo em que estão inseridas. Para isso, são mobilizados principalmente os conceitos de *semântica global* e *competência discursiva*, propostos por Dominique Maingueneau em *Gênese dos discursos*, [1984] 2007, entre outras noções que dão sustentação a estas formulações teóricas.

Resumo das atividades parciais

- Julho: Participação com apresentação de pôster no 63º Seminário do GEL (Anexo 1);
- Agosto: Palestra sobre o curso de Linguística ministrada na Semana de Orientação Profissional realizada no Colégio Batista Brasileiro, unidade Bauru (Anexo 2). Levantamento de bibliografia e leitura sobre *competência discursiva*, *interdiscurso* e *semântica global*;
- Setembro: Resenha dos capítulos 1, 2 e 4 do livro *Gênese dos discursos*; participação com apresentação de trabalho junto ao grupo de estudos Comunica - inscrições linguísticas na comunicação no IV Ciad (Anexo 3);

- Outubro: Estudo e seleção das cenas dos filmes que serão analisadas;
- Novembro: Participação com apresentação de pôster no IV Seminário de Produção em Linguística (Anexo 4);
- Dezembro: Entrega do Relatório de Acompanhamento.

1. Introdução

Com base no quadro teórico da Análise do Discurso de tradição francesa e partindo da hipótese de que é possível delimitar uma semântica global relacionada aos desaparecimentos acontecidos durante a ditadura militar no Cone Sul, mobilizamos algumas noções propostas por Dominique Maingueneau, sendo uma delas a *competência discursiva*:

No curso de sua vida, o mesmo indivíduo pode, sucessivamente e talvez simultaneamente, inscrever-se em competências discursivas distintas, embora se tenha facilmente a tendência a imaginar que cada qual está associado a uma e só uma competência [...] É possível dar conta mais facilmente desses fenômenos se postulamos a existência de uma competência com regras simples: os Sujeitos estão tanto menos presos a um “paradigma” quanto mais o acesso a um novo paradigma discursivo é formalmente fácil. (MAINGUENEAU, 2007, p. 54-55)

Essa competência tem a ver, então, com os lugares de fala, com a própria delimitação desses lugares a partir dos quais os discursos são textualizados.

Sobre essa textualização, entendemos que são analisadas a partir de um princípio, o da *semântica global*, que relaciona os diversos planos que constituem o discurso

Um procedimento que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus “planos”, mas integrando-os todos a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação. (MAINGUENEAU, 2008, p. 75).

Estes conceitos serão aqui mobilizados para análise de três obras cinematográficas – entendidas aqui como textualizações – que narram histórias de crianças que vivem o período em que se impôs um regime militar no Brasil, em boa medida contemporâneo ao que foi vivido no Chile e na Argentina, sendo essas histórias *O ano em que meu país saíram de férias* (2006), dirigido e produzido por Cao Hamburger, *Machuca* (2004), por

Andrés Wood e *Kamchatka* (2002) por Marcelo Piñeyro. O que há de comum entre eles é o fato de os meninos que protagonizam estarem inseridos em lugares ideológicos completamente desconhecidos a princípio, cercados de perguntas e mistérios, já que não compartilham de um conhecimento geral de mundo, isto é: não têm, segundo nossa hipótese de trabalho, competência discursiva para apreender a conjuntura vivida e participar dela como sujeitos da história.

Entendemos também que as metáforas, os não ditos e os silêncios funcionam como nós fundamentais no processo de desenvolvimento de competência discursiva dessas crianças. Portanto, compreendemos que não pode se formar uma *competência discursiva* se existir ausência de informações.

Para delimitar o funcionamento da *semântica global* relacionada ao desaparecimento sistemático promovido nesse período, partiremos de algumas categorias propostas por Maingueneau no capítulo 3 do livro *Gênese dos discursos* ([1984] 2007): a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão.

Compreendemos também ser de extrema importância explorar os aspectos política e governamentalmente semelhantes que serviram de base para as ditaduras militares vividas de 1964 a 1985 no Brasil, na Argentina de 1976 a 1983 e no Chile de 1973 a 1990. Durante estes anos, os territórios passaram por uma fase de intensa repressão política e censura, compartilhando de diversos aspectos semelhantes, já que o governo seguia um regime maior imposto, relacionado aos Estados Unidos e à Operação Condor, como registram documentos revelados recentemente pela Comissão Nacional da Verdade ¹.

Para observar como se constrói uma semântica global a partir da perspectiva das crianças protagonistas dos filmes supracitados, entendemos primeiramente se tratar de uma semântica que supõe silêncios, não ditos, metáforas e uma série de outros recursos

¹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada através da Lei 12528/2011 e foi instituída em 16 de maio de 2012, contando com sete integrantes nomeados pela presidenta Dilma Rousseff. Nasce com o objetivo de apurar, ao longo de dois anos, quais foram as violações aos Direitos Humanos que aconteceram entre 1946 e 1988. Em dezembro 2014, ao findar do período proposto para a investigação, foi publicado um relatório de três volumes, dividido em cinco partes que explicitam separadamente aquilo o que foi proposto nos trabalhos da Comissão, quais eram os contextos das violações aos Direitos Humanos e qual era o papel do Estado nas ações realizadas, quais eram os métodos e práticas envolvidas em torturas, execuções e prisões, qual era o papel do poder Judiciário nos cenários de violação e uma conclusão do que foi tratado durante o período de trabalho da CNV e daquilo que está exposto no relatório, logo, contém os resultados das apurações realizadas e está disponível por completo em <http://www.cnv.gov.br/index.php> (Acesso em dezembro/2015).

linguageiros que influenciam na construção de sua competência discursiva. Para que seja construído um sentido, segundo a perspectiva teórica aqui assumida, é preciso que relações parafrásticas, isto é, que modos de dizer se estabeleçam confrontando-se. Por isso, é importante considerarmos, também, a noção de *primado do interdiscurso*, já que as crianças se colocam em um determinado *universo discursivo*, conforme propõe Maingueneau para entendimento do interdiscurso, no qual seus lugares se definem porque estão cercadas por formações discursivas em concorrência, que delimitam um *campo discursivo* e, dentro desse campo, são constituídos os discursos, seus subconjuntos, os *espaços discursivos* que, recortados pelo analista, são zonas de contato em que se pode verificar como se dá a interação com o Outro constitutivo do Um.

Neste Relatório, nos apoiaremos nos conceitos acima citados para buscar compreender como as formas de interação das crianças com o mundo que as cerca, sendo através de seus pais, de palavras ou de silêncios, acabam fazendo algum sentido para elas e como este sentido é construído.

2. Aprofundamento teórico

2.1 Ditadura militar no Cone Sul

A ditadura militar foi instaurada e seguiu entre os anos de 1964-1990 em três países do Cone Sul: Brasil, Chile e Argentina. Para compreender como se deu a relação entre os países e os regimes impostos, é importante expor um breve contexto histórico de como seguiu a política e sua relação com os militares nesses países. Os territórios já compartilhavam de aspectos políticos e ideológicos semelhantes desde o fim da Primeira Guerra Mundial, como expõe Pereira:

Após a Primeira Guerra Mundial, as grandes características da legalidade da segurança nacional se desenvolveram em linhas semelhantes no Brasil, no Chile e na Argentina, influenciadas por fatores comuns aos três países: as pressões dos conflitos ideológicos do período entreguerras, do colapso econômico, da ascensão hegemônica dos Estados Unidos após a Segunda Guerra, e da criação de um sistema de segurança hemisférico durante a Guerra Fria, que reforçou a tendência dos militares latino-americanos em se concentrarem nas ameaças internas, mais que nas externas. (PEREIRA, 2010, p. 79)

A partir de registros como este, podemos perceber que o sistema autoritário que regeu cada país foi preparado algum tempo antes da ditadura ser instaurada. Quando foram

criados, os sistemas judiciais da América Latina adotaram um modelo semelhante ao das legislações espanholas, que vivia sob uma monarquia absolutista enquanto as legislações de outros países da Europa já eram desenvolvidas sob a influência de reformas liberais. Além disso, nos territórios sul americanos, entre os séculos XIX e XX, o presidente era quem determinava a suspensão de “direitos fundamentais sob qualquer circunstância que julgasse apropriadas” (PEREIRA, 2010, p. 81), enquanto em outros países europeus era necessária a aprovação do Parlamento. É importante ressaltar que o Brasil não havia sido governado por militares até o ano de 1964, apesar de terem sido uma das bases da presidência de Getúlio Vargas, enquanto a Argentina tinha tido militares nos cargos máximos de seu governo por quatro vezes – 1930-1932, 1943-1946, 1955-1958 e 1966-1973 – antes do golpe de 1976. No Chile, o primeiro militar, Carlos Ibañez del Campo, chegou à presidência em 1927 ficando até 1931, e desde então até o golpe de 1973 os militares passaram a exercer poder sobre as forças armadas, apesar de serem isolados dos civis (Cf. PEREIRA, 2010).

A repressão política no Brasil já estava presente antes da ditadura ser instaurada no território. Enquanto Getúlio Vargas governava o país, em 1935 um levante comunista intitulado “Intentona” – que contou com o apoio de alguns militares – sofreu forte repressão, pois foi vista como um ataque ao Estado. Diante da reação do governo contra o levante foram tomadas novas medidas de repressão em relação àqueles que se relacionavam ao comunismo e “atacavam” ao governo. As novas medidas incluíam uma nova lei de segurança nacional que estabelecia o poder “de decretação de estado de sítio e de exonerar militares, servidores públicos e até mesmo empregados do setor privado suspeitos de serem comunistas” (PEREIRA, 2010, p. 85-86). Após as medidas serem instauradas, foi então criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (1936-1945), que levou a julgamento 1.420 pessoas, segundo o Superior Tribunal Militar², que apontavam algum tipo de ameaça ao governo. Os militares divergiam em posições, principalmente durante a década de 1950. Quando Juscelino Kubitschek concorreu à presidência (1955), em oposição a ele surgiu uma aliança entre civis e militares e, contra esta aliança, alguns militares iniciam um movimento em apoio ao então eleito presidente e posteriormente também em apoio a João Goulart, que assume a presidência em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. Durante seu mandato, cria-se uma grande oposição ao candidato por parte

² <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/jmu-na-historia/acontecimentos/item/1491-tribunal-de-seguranca-nacional>, acesso em dezembro de 2015.

do alto comando militar, alegando que existia uma ligação entre o então presidente, o movimento sindical e o Partido Comunista; porém, o movimento nascido entre os próprios soldados e oficiais militares em 1955 em apoio a Juscelino continua em apoio a Goulart, agora tornando-se ainda maior e contando também com o apoio de Leonel Brizola. A divisão entre o comando militar era visível e a situação vivida era preocupante, a qualquer momento podia desencadear em uma guerra civil. O impasse foi resolvido dando a João Goulart poderes reduzidos em seu governo, além de ter sido aprovada uma emenda constitucional que instaurava um regime parlamentarista, o primeiro da América Latina, portanto, o presidente devia dividir seu poder de decisão e governo com um primeiro ministro. Após o poder ser tomado pelos militares em 1964, os processos relacionados aos crimes políticos eram levados a julgamento por um “sistema híbrido que fundia os sistemas de justiça civil e militar” (PEREIRA, 2010, p. 96).

O Chile compartilhou de algumas posições que se assemelham às do Brasil. Primeiramente, a maioria dos militares chilenos se opunha explicitamente aos partidos comunistas e às ideologias ligadas ao socialismo. Porém, em contraste aos militares brasileiros, os chilenos já participavam de missões de grande importância no governo do país, obtendo destaque em diversos pontos relacionados à repressão e por isso adquiriram um caráter mais coeso e rígido em comparação ao Brasil, estavam livres de qualquer controle civil e lidavam com os aparentes “problemas” relacionados à ordem do país sem o menor controle, deixando marcas de extermínios e destruição por onde achassem necessário. Enquanto no Brasil foi criado o TSN para resolver os casos relacionados à justiça política, no Chile a justiça era aplicada pelos próprios militares. Durante o governo da década de 1920, os militares já prendiam e exilavam os opositores, o que prova que a organização dos mesmos se relacionava o mínimo possível com os civis e com o poder judiciário. A Lei para a Defesa Permanente da Democracia (Lei n. 8.987) – conhecida também como *ley maldita* por aqueles que não concordavam com ela –, vigorou de 1948 a 1958, e durante esse período o Partido Comunista foi classificado como ilegal, proibiu-se os membros de participar de sindicatos e permitia-se o banimento de pessoas consideradas subversivas, autorizando, assim, a prisão dos comunistas e mantendo-os trancafiados nas bases militares. Em 1958, aprovaram também a Lei da Segurança Estatal (Lei n. 12.927), que declarava que qualquer pessoa que se opusesse ao governo ou que provocasse uma guerra civil estaria cometendo um crime contra a segurança nacional, além de vedar a divulgação de informações dentro ou fora do país por parte dos membros

das forças armadas. Na década de 1960 o governo foi autorizado a suprimir as garantias constitucionais sem aviso prévio ou autorização do Congresso, o que permitia os militares exercerem forte repressão aos protestos trabalhistas, por exemplo, pondo fim a elas da maneira como desejassem, sendo por meio de extermínio ou não. Após o golpe militar de 1973, o Chile passou a enfrentar as questões judiciais apenas por meio das decisões dos militares.

Já os militares argentinos também representavam a considerada mais forte e violenta repressão, segundo Pereira, aos classificados como subversivos. Na década de 1910, diversas pessoas foram mortas e tiveram seus bens destruídos durante uma caça intensa dos militares àqueles envolvidos nos movimentos trabalhistas. Na década de 1920 acontece o episódio denominado “Patagônia trágica”, quando o Exército matou entre mil e dois mil trabalhadores que estavam em greve. Desde a década de 1930, os militares argentinos começam, então, a exercer enorme repressão ao que se relacionava às eleições. O primeiro presidente militar que toma o poder em 1930, José Félix Uriburu, já instaura leis que abrem o caminho para a execução, exílio e tortura dos subversivos, portanto, os militares já se comprometiam, até mesmo perante a lei, a ter essa postura relacionada à violência. Os populistas argentinos ganham um pouco mais de força após a posse de Juan Domingo Perón à presidência, de 1946 a 1955 seu governo ofereceu benefícios tanto à classe trabalhista, concedendo diversos benefícios materiais, quanto aos militares, sendo anticomunismo. Outro golpe militar acontece em 1955, unindo a maior parte do alto-comando militar, a Igreja Católica e as elites agrárias e financeiras. Já em 1956 é aprovado o Decreto-Lei n. 18.787, que declarou ilegais as atividades relacionadas ao movimento comunista. Os decretos e leis que entraram em vigor nos anos seguintes chegaram a decretar que os cidadãos ligados de alguma forma ao comunismo poderiam perder a carteira de identidade e o emprego público, entre outros direitos, e aqueles naturalizados argentinos podiam ser deportados ou perder a cidadania. Como a Argentina já havia passado por governos militares, as forças armadas se mostraram impiedosas e intolerantes a toda e qualquer atitude que fosse considerada contrária ao governo, portanto, o governo imposto em 1976 já havia herdado um caráter repressivo extremante violento vivido em outros regimes.

Após os militares tomarem o poder no Brasil, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente do regime, nomeou alguns participantes para assumirem cargos de poder na esfera jurídica, assim, foi conferida legitimidade jurídica

a todo e qualquer ato proveniente dos militares e foram estabelecidas as relações entre as forças armadas e o Judiciário civil. Logo no primeiro ano de golpe teve início a “Operação limpeza”, que tinha como objetivo reprimir qualquer atividade ou posição que atingisse a segurança nacional do país. As pessoas relacionadas ao governo de João Goulart e às bases populares corriam grande risco de ter os direitos políticos privados, de ser exoneradas ou aposentadas de seus cargos pelo governo. Esta operação contou com o apoio explícito do embaixador dos Estados Unidos na época, Lincoln Gordon. Com a promulgação do Ato Institucional n. 2, foi concedido ao presidente o poder de decretar estado de sítio para reprimir os declarados subversivos pelo governo. Em 1967, Arthur Costa e Silva chega ao poder com o intuito de intensificar ainda mais os processos de repressão. Em seu governo são promulgados sete novos atos institucionais, entre eles o AI-5, que suspendeu o *habeas corpus* para os crimes contra a segurança nacional, concedeu ao presidente o poder de interferir nos estados e municípios sem ser detido pelas leis, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro por 10 anos e entre outros aspectos impunha a censura para músicas, teatros, jornais, livros e revistas. No mesmo ano entra em vigor o Decreto Lei n. 314, que, entre outros aspectos, decretava a soberania do Estado, colocando-o acima da lei e passando por cima da ideia de que estava sujeito às determinações constitucionais. Quanto aos presos por crime político, era suposto que todos passassem por julgamento acompanhados por um advogado de defesa geralmente contratado pela família do preso, quatro oficiais militares, procuradores do Ministério Público Militar que auxiliavam na instauração dos processos e os juízes civis, que muitas vezes acobertavam as torturas que eram praticadas na prisão e que provavelmente seriam exonerados se não assim fizessem. Também é importante apontar que as absolvições ocorreram raras vezes no fim da década de 1970 devido a alegações de tortura, porém nunca no período de 1968-1974, considerado o auge da linha-dura da ditadura militar. Para a sociedade era colocada uma imagem de que os militares apenas seguiam a ordem dos tribunais e das sentenças dadas em julgamentos, portanto, conseguiam passar uma ideia de proteção da segurança para os cidadãos brasileiros, queriam apenas demonstrar estar cumprindo a lei contra os subversivos e terroristas, mas, enquanto os presos eram mantidos em cárcere, sofriam torturas não só na prisão como também nos centros de tortura até mesmo clandestinos, ou seja, existiam muitas pessoas que não eram levadas a julgamento. No capítulo 7 do relatório divulgado em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) expõe quatro modalidades de violação aos direitos humanos que se dividem em:

1) prisão (ou detenção) ilegal ou arbitrária; 2) tortura; 3) execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e outras mortes imputadas ao Estado; e 4) desaparecimento forçado, considerando a ocultação de cadáveres, conforme o caso, como elemento dessa última modalidade de grave violação de direitos humanos ou como crime autônomo de natureza permanente. (Quadro conceitual das graves violações, 2014.)

Compreende-se, através do relatório acima referido, que a prisão aqui colocada é relacionada a qualquer tipo de privação da liberdade por curto ou longo prazo. Tortura é colocada pela Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes como o ato de fazer sentir violenta dor ou sofrimento a fim de obter confissão ou informações, punir, intimidar ou coagir alguém. A execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e outras mortes imputadas ao Estado são encaradas como as mortes que ocorreram em batalha armada com o poder público, e os suicídios ocorridos sob prisão ou tortura. Já a prática do desaparecimento forçado e ocultação de cadáver é algo que foi muito recorrente nas ditaduras vividas na América do Sul. Os considerados subversivos eram presos e executados e, para não deixar rastros, escondiam-se seus corpos em cemitérios clandestinos ou em fundos de rios, mares e lagos. Assim, não era possível identificar os desaparecidos, alguns casos não se resolveram jamais. O III relatório da CNV traz as informações sobre os mortos e desaparecidos entre 1946 e 1988, sendo ao todo 434 pessoas, sendo 191 mortos e 243 desaparecidos. A repressão no Brasil foi considerada muito ampla, estima-se que 50 mil pessoas tenham sido presas por motivos políticos em algum momento da ditadura, 10 mil pessoas partiram para o exílio e a maioria delas voltou após ser instaurada a Lei da Anistia em 1979.

Percebe-se o primeiro paralelo entre as ditaduras do Brasil e do Chile, devido aos dois países estarem vivendo em um governo considerado esquerdista, que estava promovendo reformas e sofrendo oposição de empresários, militares e dos Estados Unidos que esperaram nove dias para expressar as saudações ao golpe chileno, diferente do que aconteceu no Brasil, onde a saudação foi imediata. Os militares envolvidos no golpe chileno declararam já em 1973 que estavam em busca da “restauração da chilenidade, da justiça e da institucionalidade rompida” no país, e nesta mesma declaração diziam que o novo governo estaria independente do poder judiciário. Na época do golpe chileno (1973), foi noticiado que não houve julgamento para centenas de pessoas, foram executadas sem maiores explicações. Nos casos em que o julgamento ocorreu, era feito por tribunais militares isolados do Judiciário civil, portanto os presos tinham seus direitos praticamente anulados, já que não eram defendidos por ninguém e enfrentavam sentenças

sumárias, até mesmo a pena de morte. Os brasileiros que estavam exilados no Chile, cerca de três mil, foram perseguidos especialmente pelo embaixador brasileiro no país e também presos e levados à tortura ou execução, e o visto para voltar ao país de origem foi negado, mas as idas dos policiais brasileiros ao Chile eram facilitadas para que ajudassem no interrogatório dos presos. Além disso, foi enviada ao Brasil uma lista dos nomes dos presos e das pessoas que estavam exiladas em território chileno, assim formando uma organização de segurança pronta para trocar informações entre os países. Logo no início da ditadura chilena, as ordens militares já substituíam os códigos civis e penais, a Constituição foi suspensa, foi decretado estado de sítio, algumas pessoas foram intimadas a comparecer ao Ministério da Defesa, a execução de indivíduos pegos praticando a luta armada foi liberada e fecharam o Congresso, entre outras medidas. Ainda em 1973 foi promulgado o Decreto Lei n. 5 que liberava o uso de força letal aos militares em qualquer ação que atacasse as forças armadas, além de ser aceita por lei a pena de morte em determinados casos. No mesmo ano aconteceu o episódio denominado “A Caravana da Morte”, com a qual o regime violava sua própria legalidade imposta, pois agiu com força bruta contra pessoas que não expressavam nenhuma ameaça ao regime. A caravana percorreu seis cidades chilenas e o general Sérgio Arellano Stark alegou estar apenas acelerando os processos de julgamento dos presos, assassinando não só aqueles que se encontravam em cárcere como pessoas que não estavam envolvidas em nenhum crime contra o governo.

A ditadura instaurada em 1966 na Argentina foi considerada como uma medida relacionada à “revolução” do governo militar em busca de reorganização do país, assim como em 1964 no Brasil. O fato de os Estados Unidos estarem apoiando os militares brasileiros levou os argentinos a tomarem a mesma posição. Já o regime de 1976 teve uma relação direta com o Chile, pois logo de início foram tomadas medidas extremamente repressivas e o Congresso foi fechado. O que aconteceu na Argentina foi considerado como “guerra suja”, pois foi imposta uma dominação suprema do Estado sobre todos aqueles que se “encaixavam” no que era considerado subversão. Isso se deu principalmente pelo fato de o poder Judiciário argentino se opor às ideias de segurança nacional propostas pelos militares, logo, os militares viveram em uma rota de ilegalidade durante o regime. Os militares argentinos faziam uso dos tribunais para sentenciar os presos políticos, que tinham direito a um advogado de defesa e eram julgados por juízes civis nomeados diretamente pela junta militar e os tribunais civis estavam prontos para ajudar a acobertar o terror praticado pelo Estado. As pessoas eram capturadas e levadas

aos centros de detenção sem nenhum registro ou seguimento das leis, apenas eram interrogados e torturados, às vezes levados à morte, estimando-se entre vinte e trinta mil execuções seguindo estes padrões. O relatório *Nunca Más*³ constatou o desaparecimento de 8.961 pessoas entre 0 e 70 anos durante a ditadura argentina, sendo a maioria (32,62%) entre 21 e 25 anos. Até mesmo enquanto não vigorava nenhuma ditadura no país, enquanto estavam sob o governo de Isabel Perón, a extrema direita criou a chamada Triple A (Alianza Anticomunista Argentina), que tinha como objetivo caçar os comunistas e derrubar o governo, depois, ganha o apoio dos militares em 1976.

Segundo dados registrados no capítulo 6 do relatório divulgado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), denominado *Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor*, por exemplo, sabe-se hoje que a criação do sistema da Operação Condor foi proposta em 1975 pelo coronel Manoel Contreras, chefe do órgão central da repressão da ditadura chilena. O capítulo ainda revela que a Operação “demandava a operacionalização de um banco de dados e de uma central de informações, bem como a promoção de reuniões de trabalho regulares entre os serviços de informação do Cone Sul” (BRASIL, 2014, p. 221). Alguns documentos foram produzidos pela Central Intelligence Agency (CIA), o que prova a participação dos Estados Unidos na Operação, além disso, foi revelado pelo relatório que os esquadrões militares seguiam a ordem das forças especiais do Exército dos Estados Unidos, US Army Special Operation Forces (SOF), que tinha como missão treinar o combate às guerrilhas clandestinas.

No Relatório final, pretendemos dar acabamento à apresentação comparada desses dados, tratando das heranças atuais dessas ações articuladas.

2.2 Interdiscurso

Considerando que os aspectos históricos acima desenvolvidos constituem as condições de produção dos discursos textualizados nos filmes que estudamos, importa, neste momento, refletir sobre a noção de interdiscurso.

³ O relatório *Nunca Más* foi elaborado pela Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), que foi criada pelo Governo Argentino em 1983 com a finalidade de investigar os desaparecimentos que ocorreram durante o regime militar argentino e quem eram as vítimas desaparecidas. Os resultados das investigações foram publicados através do relatório em 1984 e está disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunca-mas.htm> (Acesso em dezembro/2015).

Na década de 1960, M. Pêcheux busca problematizar os conceitos de sujeito e ideologia através da perspectiva da língua e do discurso. A partir disso, o analista propõe deixar de lado a ideia de que o sujeito se coloca como a origem do sentido e passa a vê-lo como heterogêneo, constituído por diversos discursos, que são atravessados um pelo outro e construídos através de uma articulação entre o linguístico e o sócio-histórico. Assim, podemos compreender como se dá a noção do interdiscurso para Pêcheux, que o coloca como estando relacionado à memória e àquilo que já foi dito, além de estar necessariamente ligado às formações discursivas, que são postas como definidoras do que pode ou deve ser dito em determinada conjuntura, sempre em dependência de um “todo complexo dominante” (1975). Já que todas as formações discursivas estão dependentes dele, podemos colocar o interdiscurso como o próprio complexo dominante, algo que já se encontra na ordem do dizível, constituído por meio da história e da língua, fatores que se impõem ao sujeito enunciador, como coloca Orlandi, 2007. O interdiscurso aparece para o sujeito, então, sob a forma de diversas formulações provenientes de enunciações e posições distintas, que se colocam através do domínio da memória, porém, o conceito está relacionado também ao inconsciente, já que aquele que fala pode muitas vezes ter a ilusão de ser a origem de determinado discurso. Portanto, compreendemos que, para Pêcheux, o sujeito está sempre inserido em uma determinada ideologia, mesmo que se acredite livre dela, e está também atravessado pelo inconsciente, já que não é sempre que reconhece discursos outros presentes no que é dito. Assim, se os discursos estão sempre relacionados a um outro discurso e são provenientes dos sentidos que já estão cristalizados, então todo discurso é fruto do interdiscurso.

Diante da noção postulada por Pêcheux, notamos que o sujeito enunciador não é uma fonte absoluta daquilo que diz e dos sentidos que produz, ele se constitui pelas falas e discursos já postulados na sociedade, a interdiscursividade. Essa interação das várias vozes e dos fatores sócio-históricos em um determinado discurso também é responsável por reiterar o caráter heterogêneo da linguagem, pois aquilo que é dito faz parte de um já dito, um discurso não depende de outros. Ainda em relação àquilo que é dito, Pêcheux esclarece que o sujeito é afetado por esquecimentos, sendo o primeiro deles aquele que leva o enunciador a apagar determinadas marcas de sua memória, ou seja, se colocar como real enunciador daquilo que é dito, assim, se colocando como criador único de seu discurso. O esquecimento nº 2 relaciona-se à ilusão do sujeito em acreditar que tudo que é dito por ele será compreendido em sua totalidade pelo interlocutor.

Diante dos conceitos citados, Gregolin propõe:

A ordem do discurso é uma ordem do enunciável. A ela deve o sujeito assujeitar-se para se constituir em sujeito de seu discurso. Por isso, o enunciável é exterior ao sujeito enunciadador e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um interdiscurso, de uma série de formulações que marcam, cada uma, enunciações que se repetem, se parafraseiam, opõem-se entre si e se transforma. (GREGOLIN, 2001, p. 72)

Para compreender o interdiscurso segundo formulações de Pêcheux, é importante nos determos no conceito de memória discursiva, que se refere aos sentidos que já estão postos em circulação, estão cristalizados, e que são retomados por meio do discurso.

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Portanto, trata-se de uma diversidade de já ditos (implícitos) que sustentam aquilo que será dito e como o pré-construído se coloca em relação às novas formulações provenientes do mesmo.

Diante disso, podemos compreender, então, como os pré-construídos e os implícitos, que estão ligados à memória discursiva, são de extrema importância para construir os discursos. Assim, é pertinente que observemos no interdiscurso como se dá o fator histórico, relacionado ao presente, ao passado e ao futuro dos enunciados, como coloca Orlandi:

[...] é o interdiscurso que especifica, como diz Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (ORLANDI, 2008, p. 33)

Com base nesses fundamentos, para Dominique Maingueneau (2007), a noção de um primado do interdiscurso se assenta na ideia de que em todo discurso existe uma heterogeneidade dada antes de qualquer discursivização. A partir disso, o linguista propõe alguns conceitos para a melhor compreensão da teoria aqui discutida. Para ele, o interdiscurso divide-se em três “dimensões”, sendo a primeira delas o *universo*

discursivo, onde as formações discursivas se relacionam em uma certa conjuntura, que determina um conjunto finito; segundo Possenti (2003, p. 263), “define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados”, portanto, relaciona-se com a ideia de interdiscurso proposta por Pêcheux. O *campo discursivo* pode ser compreendido como um conjunto de determinadas formações discursivas que se delimitam em uma delimitação demarcada no universo discursivo entre discursos que compartilham da mesma função social, como coloca Maingueneau, “pode-se tratar do campo político, filosófico, dramatúrgico, gramatical etc.”. No interior do campo discursivo formam-se os discursos e, então, podemos compreender que esses discursos aparecerão como formas regulares sobre formações discursivas já existentes, porém, os discursos se colocam de maneira diferente um do outro, já que são atravessados por heterogeneidade, “uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e eles não se situam todos necessariamente no mesmo plano” (MAINGUENEAU, 2007, p. 36-37). Por fim, os *espaços discursivos* se conformam como subconjuntos das formações discursivas que devem nascer a partir de hipóteses do analista, que tenham fundamento no conhecimento dos textos e em um saber histórico, que se confirmarão ou não com o progresso da pesquisa.

Pensando nas relações do Mesmo e do Outro, Maingueneau propõe que o Outro nunca será reduzido à figura do interlocutor, pois os discursos estão necessariamente ligados, vê-se o interdiscurso como parte fundamental daquilo que é interno a eles, isto é, há uma relação indissolúvel entre interdiscurso e intradiscurso. Assim, afirma-se o caráter dialógico de todo enunciado, pois é impossível “dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo” (MAINGUENEAU, 2007, p. 39):

Assim, o Outro não deve ser pensado como uma espécie de “envelope” do discurso nem um conjunto de citações. No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; nem é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. O Outro é o que faz sistematicamente falta a um discurso, é aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade. (MAINGUENEAU, 2007, p. 39)

Portanto, o Outro e o Mesmo estão estritamente ligados para a constituição do discurso, o Outro relaciona-se a tudo que já está posto, não é possível identifica-lo devido a todo o percurso que é traçado para que ele seja parte do “novo” discurso, mas mesmo assim ele já está posto.

Maingueneau também propõe que os discursos estão sempre em conflito, já que o primeiro, ao permitir a constituição de discursos segundos também está sendo por eles ameaçado. Assim, quando um discurso é constituído através de um já posto, um discurso primeiro, é compreensível que ambos vivam em concorrência. Mas, se um discurso nasce de um outro e em determinado momento o discurso primeiro deixa de estar posto, o “novo” discurso estará relacionado com diversas outras relações semânticas, o que ainda permitirá a leitura do Outro dentro deste Mesmo.

2.3 Silêncio

Ainda pensando em como se forma o sentido e o “novo” discurso para o sujeito, nos deparamos com os não ditos e os silêncios, já que podem também ser os constituintes de um pensamento. Para Orlandi (2008), o silêncio se dá como uma relação do sujeito com aquilo que pode ser dito, pois a partir da possibilidade do dizível ele pode construir uma série de relações com outros sentidos através do silêncio. A identificação do sujeito também está indiscutivelmente ligada ao silêncio, pois ele não está unicamente inscrito em uma determinada formação discursiva, podendo sempre se deslocar entre a relação das formações, possibilitada sempre pelo silêncio, “é no silêncio que as diferentes vozes do sujeito se entretecem um uníssonos. Ele é o amálgama das posições heterogêneas” (ORLANDI, 2007, p. 90), portanto, no silêncio pode-se trabalhar com a contradição de diversos sentidos para se compreender como é dada a identificação do sujeito.

O fato de o sujeito estar inscrito em determinada dimensão histórica e espacial nos aponta que existe uma relação entre a realidade e o silêncio, visto também como sentido. “Não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história” (ORLANDI, 2007, p. 92), portanto, tudo o que é visto e vivido acaba por produzir sentido mesmo que cercado de não ditos e silêncios. Assim, Orlandi divide as formas do silêncio em a) silêncio fundador, sendo aquele que torna toda significação possível e b) a política do silêncio, que se divide entre o dizer e o não dizer. A política do silêncio também se distingue em a) constitutivo, que postula que todo dizer cala o outro sentido e b) local, que está ligado à censura. A autora também ressalta que o silêncio não está relacionado à

ausência de palavras, mas sim faz uma relação direta com a impossibilidade de um discurso ser sustentado, pois em determinadas condições fala-se o contrário do que se pensa para não dizer algo, ou um determinado discurso pode ser proibido, logo, não pode ser dito, portanto, “as palavras vêm carregadas de silêncio(s)” (ORLANDI, 2007, p. 102), já que ao enunciar determinado discurso, o sujeito suprime outro.

Nas análises que serão desenvolvidas futuramente, esperamos poder discutir mais aprofundadamente a relação dos silêncios e não ditos com a paráfrase, que, no quadro teórico aqui mobilizado, é a matriz dos sentidos ou, em outros termos, é o procedimento que baliza a produção dos sentidos.

2.4 Semântica global

Assim, se silêncios e não ditos, como outros elementos, fazem parte do jogo interdiscursivo que constitui cada discurso, propomos abordar a identidade discursiva com base no conceito de *semântica global*, segundo o qual é necessário entender que os “planos” discursivos estão todos interligados, não é possível dissociá-los e colocar o sentido de um discurso apenas em um deles;

Um procedimento que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus “planos”, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação. (MAINGUENEAU, 2007, p. 79)

Não existe algo que se coloque por trás do discurso, uma arquitetura, como coloca Maingueneau, mas sim um sistema que envolve o discurso como um todo, “na multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2007, p. 80), logo, não é possível que o indivíduo, ao enunciar, escolha previamente como seu discurso se dará através do vocabulário, previamente relacionado ao tema e ao gênero, por exemplo. Estes planos são “ilustrações” colocadas pela língua apenas para que seja explícito o fato de que existem dimensões dentro da mesma, são constitutivos de diversas instâncias que não estão dissociadas.

Para a melhor compreensão de como se organiza uma semântica global, Maingueneau considera, entre outras, as seguintes dimensões:

- *Intertextualidade* - com que se propõe a existência de um sistema de restrições próprio para cada discurso relacionado ao posicionamento que é defendido, justamente pela relação que o discurso coloca com o sistema e as formações a que pertence, portanto, existem “regras” sobre o que pode ou não ser dito em relação a ele, relacionadas também ao passado que os discursos constroem particularmente, recusando algumas filiações e se relacionando a outras. O autor ainda propõe a existência de uma intertextualidade interna como aquela que se constrói entre textos do mesmo campo, e coloca a intertextualidade externa como a que se relaciona a campos distintos, pois existem campos que conversam entre si, como o acadêmico e o científico.

- *Vocabulário* - sobre essa categoria, o linguista explica que não faz sentido que delimitemos determinado vocabulário que seja próprio de um discurso, pois as mesmas unidades lexicais podem estar relacionadas a campos discursivos distintos, portanto, a palavra não constitui uma unidade de análise pertinente. No entanto, alguns lexemas são considerados fundamentais para que seja constituída uma cristalização semântica nos discursos, eles acabam por constituir ações que legitimam o discurso, criam os aspectos que os definem. Já que o lexema não será exclusivo de um discurso, é importante observar que existe sempre uma possibilidade de troca relacionada ao seu uso exterior, portanto, criando uma ponte de comunicação entre os campos discursivos, opostos ou não. Porém, não se pode pensar que as palavras não são usadas com alguma finalidade dentro do discurso, afinal, elas já possuem determinado sentido dentro da língua. Conforme seus usos se tornam recorrentes em certas conjunturas, as palavras “tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento” (MAINGUENEAU, 2007, p. 85), assim, os enunciadores do discurso a qual determinados semas já estão filiados, serão levados a utilizá-los, reforçando assim sua posição no campo discursivo.

- O *tema* é colocado como “aquilo de que um discurso trata’, em qualquer nível que seja” (MAINGUENEAU, 2007, p. 85). Maingueneau afirma que, assim como o que acontece em relação ao vocabulário, é importante compreender como são construídos os tratamentos semânticos que constituem os temas. Nas palavras de Michel Pêcheux, citado pelo linguista:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhes seria próprio, como se estivesse preso a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1975, p. 145 apud MAINGUENEAU, 2007, p. 86)

Portanto, nenhum tema é considerado original, está em outros discursos e também naqueles que se posicionam contrários a ele, pois os discursos que são adversários compartilham de determinados pressupostos que permitem que se oponham dentro de um mesmo campo discursivo, mas a construção dos sistemas semânticos e de restrições será feita de maneira diferente, eventualmente oposta; portanto, os temas são construídos de maneiras divergentes.

Dos temas já postos nascem os temas impostos, que convergem do sistema de restrições do seu “fundador” quando são compatíveis, e que não convergem, mas estão interligados por meio do discurso em que se inscrevem, no caso dos temas impostos incompatíveis. Existem também os temas específicos, que estão em convergência com o tema principal, são próprios do discurso.

- *O estatuto do enunciador e do destinatário* – estas categorias supõem que se delega uma determinada posição ao que enuncia, que a deve ocupar para que aquilo que é dito seja legitimado junto ao destinatário. Mainguenu exemplifica:

No discurso humanista devoto, por exemplo, o enunciador se dá como integrado a uma “Ordem”: é membro de uma comunidade religiosa reconhecida, bispo, mestre-escola ... e dirige-se a destinatários também inscritos em “Ordens” socialmente bem caracterizadas (enquanto pais de família, magistrados, donas de casa etc....) (MAINGUENEAU, 2007, p. 91).

Logo, é importante observar em que posição social e institucional estão colocados os sujeitos para compreender como vão ser construídos os sentidos do dizer e como eles farão sentido em determinada conjuntura.

- *A dêixis enunciativa* está relacionada ao espaço e tempo em que determinado discurso se coloca, o significado da enunciação está estritamente ligado à conjuntura espaciotemporal em que ela se coloca. A dêixis, em sua modalidade espacial e temporal, tem o poder de delimitar a *cena de fala* e a *cronologia* que se constroem para que o discurso possa autorizar a enunciação. Sobre isso, pretendemos desenvolver, no próximo Relatório, análises que tratem das cenas da enunciação, tal como propõe o autor, para tratar da textualização multisemiótica que constitui nosso corpus.

- *O modo de enunciação* está ligado a como o enunciador profere um discurso, que recursos mobilizará para legitimar o seu dizer. É importante compreender a relação entre o enunciador e o destinatário e os aspectos que os envolvem, levando em consideração a

oralidade, o tom (corporalidade e caráter do enunciador), a voz e o ritmo da fala, além do comportamento do próprio corpo:

Se, segundo a expressão de Certeau, “cada sociedade tem seu corpo”¹²¹, delimitado por múltiplas codificações, cada discurso também tem o seu: corpo textual que não se dá jamais a ver, mas está presente por toda parte, disseminado em todos os planos discursivos. (MAINGUENEAU, 2007, p. 97)

O autor ainda ressalta a importância de se observar que em todo texto incide uma voz, “através de seus enunciados, o discurso produz uma ‘voz’ que lhe é própria. Não se trata de fazer falar um texto mudo, mas de identificar as particularidades da voz que sua semântica impõe” (MAINGUENEAU, 2007, p. 95). Logo, só se pode crer em determinado discurso ou tomá-lo para si, se existir a percepção de que ele está filiado a um outro discurso já colocado previamente, o que tem a ver com a memória discursiva, conforme abordado acima. O sujeito pode incorporar-se do corpo textual proposto por um discurso, assim habitando seus postulados e legitimidade e tomando sua posição quando em relação com um outro. Portanto, o destinatário acaba por determinar o modo de agir e de dizer do enunciador, “ele acende uma ‘maneira de ser’ através de uma ‘maneira de dizer’” (MAINGUENEAU, 2007, p. 98).

- *O modo de coesão* está em relação com a interdiscursividade, constitui-se em como o discurso é retomado e como constrói sua própria rede de remissões. Assim, também determina uma maneira de argumentar, de desencadear seus temas, construir capítulos, etc. Dessa forma, poderemos observar que cada discurso se filia também a alguns temas e expedientes de articulação que se mostram recorrentes.

Contudo, Maingueneau expõe a importância de observarmos a semântica global como um todo, um conjunto de planos discursivos indissociável, mesmo que construídos de maneiras distintas, que são responsáveis por constituir o próprio discurso.

2.5 Competência discursiva

No capítulo 2 do livro *Gênese dos discursos* [1984] (2007), Dominique Maingueneau propõe entendermos que nessa constituição interdiscursiva dos discursos, opera uma *competência discursiva*, isto é, ela decorre da noção do primado do interdiscurso, proposto no capítulo anterior da mesma obra, e se relaciona estritamente com as construções feitas a partir da relação língua/história, portanto afasta-se do conceito

proposto por Chomsky, que relaciona a competência aos conhecimentos indutivos do indivíduo para com sua língua na interpretação de sentenças gramaticais.

Ao longo do capítulo, Maingueneau propõe que o sujeito deve reconhecer os processos que estão relacionados ao discurso, não o encarando como um produto final. Para tanto, exige-se essa competência capaz de reconhecer e interpretar as formações discursivas a que um discurso se filia. Se o indivíduo não for capaz de reconhecer o todo do discurso, inclusive suas estruturas, não será capaz de reproduzi-lo ou filiar-se a ele, já que não compartilha da competência necessária para realizá-lo. Isso também está relacionado a ser ou não o enunciador de um discurso, pois Maingueneau encara-o como aquele “capaz de reconhecer enunciados como bem formados”, isto é, que pertencem a sua própria formação discursiva” e “capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva”, nisto estão as dimensões da competência discursiva de um indivíduo constituído como tal ao se pôr como sujeito de discurso.

Considerando que a competência discursiva está unicamente relacionada aos fatos discursivos, não podemos compreendê-la como uma crença, portanto um sujeito pode supor que pertence a determinada formação dada sua competência quando, de fato, sua situação de fala não coincide com sua crença, justamente pelo indivíduo desconhecer como funciona a heterogeneidade que produz efeito de homogeneidade identitária de um discurso. Sobre as formações discursivas relacionadas aos discursos, Courtine explica:

O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável; ele não consiste de um limite traçado uma vez por todas que separa um interior e um exterior, mas inscreve-se entre diversas formações discursivas como *uma fronteira que se desloca* em função dos objetivos visados pela luta ideológica. (COURTINE, 1981 apud MAINGUENEAU, 2007, p. 62)

A citação acima reforça a ideia de que é necessário compreender como se dá a heterogeneidade do discurso para que ele seja compreendido como um todo, já que as formações discursivas estão em constante movimento e se colocam na fronteira de si mesmas e de seus objetivos nos campos discursivos em que podemos, como analistas, recortar espaços de observação, conforme se definiu o interdiscurso acima.

Ainda é importante compreender que a competência discursiva se coloca como peça fundamental da relação entre o discurso e da própria “capacidade do Sujeito de interpretar e de produzir enunciados que decorrem dele” (MAINGUENEAU, 2007, p. 54), portanto, se o indivíduo não for preparado, a partir de discursos colocados historicamente pela sociedade em que vive, não poderá compartilhar dessa capacidade de interpretação e produção. Segundo nossa hipótese de trabalho, se os indivíduos forem cercados de silêncio e metáforas também percebemos que pode existir uma “falha” na formação da competência, pois os discursos não soarão da maneira devida para serem compreendidos em seu funcionamento, isto é, os vários planos que produzem a semântica global definidora de um discurso supõem expedientes formais e memórias que devem ser mobilizados.

3. Corpus e encaminhamentos preliminares da análise

Pensando em delimitar uma semântica global relacionada ao desaparecimento sistemático que caracterizou o período em tela, levando em consideração os pontos acima colocados, foram selecionados três filmes (*O ano em que meus pais saíram de férias*, de 2006, *Machuca*, de 2004 e *Kamchatka*, de 2002) que são ambientados na conjuntura de ditadura militar dos três países, respectivamente Brasil, Chile e Argentina. Os três focam sua narrativa na história de meninos entre 10 e 12 anos que vivem sem compreender a totalidade do mundo em que estão, pois não têm explicações satisfatórias daquilo que está acontecendo onde vivem.

Nos filmes selecionados, será observado como é construído o relacionamento dos pais com seus filhos, ou dos adultos com as crianças, a partir dos enunciados que sustentam as cenas que mostram a vida que os militantes levavam, de fuga e reclusão, nas quais se procura esconder das crianças, consideradas incapazes de compreender os acontecimentos ao mesmo tempo que estão ansiosas para entendê-los.

3.1 *O ano em que meus pais saíram de férias*

Lançado em 2006, dirigido por Cao Hamburger e coproduzido por Fernando Meirelles e Daniel Filho, o filme *O ano em que meus pais saíram de férias* conta a história de Mauro, que tem 12 anos e dá início ao enredo, contando sobre uma de suas paixões, o futebol de botão, com base naquilo que seu pai lhe disse sobre o jogo. Logo, os pais do menino, sem muitas explicações, dizem que sairão de férias por um tempo, e que voltarão

no início da Copa do Mundo. Após alguns telefonemas realizados pelos pais ainda na casa do protagonista, Mauro viaja com eles de Belo Horizonte a São Paulo, com o intuito de ficar na casa de seu avô enquanto seus pais “saem de férias”. A viagem se passa sem maiores problemas, a não ser o nervosismo do pai ao avistar um veículo repleto de militares à sua frente, indícios de que Bia e Daniel estão em fuga, provavelmente por serem militantes de esquerda. O avô do menino, Mótél, vem a falecer enquanto seu filho, a esposa e o neto estão a caminho de sua casa. Ao chegar ao bairro do Bom Retiro e se dirigir à casa do avô, Mauro tem a infeliz surpresa de encontrá-lo morto. Seus pais já viajaram e ele fica sozinho até que um vizinho, o judeu Sholomo, o encontra e, reticente, lhe oferece abrigo. Eles não compartilham costumes, não compreendem as mensagens recíprocas e assim Mauro vai descobrindo, aos poucos, sempre imerso no seu mundo de criança, o Brasil em que vive. Conforme os dias se sucedem, o menino começa a levantar hipóteses sobre algo estar passando no país, ele presencia prisões, a ação dos militares nas ruas e provê esconderijo a um militante. Ao final do filme, sua mãe volta para buscá-lo, porém seu pai não, e ele vem a pensar que foi “exilado” e, de algum modo, constrói um sentido para o termo desconhecido.

No decorrer dos 5 minutos iniciais do filme, já somos levados a perceber como é importante a interação do pai com o garoto, já que, logo na primeira cena, Mauro inicia sua fala com uma explicação sobre o futebol a partir dos ensinamentos do pai, expediente que será reiterado na narrativa fílmica:

Mauro: Meu pai disse que no futebol todo mundo pode falhar. Menos o goleiro. Eles são jogadores diferentes, porque passam a vida ali, sozinhos, esperando o pior.

Antes de Bia e Daniel começarem a viagem até São Paulo, ocorre uma interação que expõe a relação da criança com seus pais. Mauro pergunta a seu pai se a viagem será rápida, pois ele não quer repetir de ano e deseja que Daniel confirme sua expectativa. Após darem início à viagem e ouvir alguns comentários pelo rádio do carro, o garoto manifesta mais uma dúvida, agora sobre Tostão e Pelé, jogadores da seleção brasileira do ano de 1970.

Mauro: Pai, por que o Tostão não pode jogar junto com o Pelé?

A curiosidade do garoto por tudo aquilo que o rodeia logo fica aparente, pois quando seus pais passam pelo veículo governado por militares, Mauro apoia a cabeça na janela do

carro e exclama “Olha!”, observando os oficiais enquanto seu pai expressa nervosismo, ultrapassando o veículo e seguindo viagem. Ainda continuam as referências aos conhecimentos passados pelos pais da criança enquanto ele continua seu pensamento sobre a seleção:

Mauro: Enquanto todo mundo duvidava da seleção, meu pai tinha certeza que 1970 era o ano do Brasil na Copa do Mundo! Mas tava tudo tão esquisito que até eu comecei a duvidar...

Neste trecho, podemos observar primeiramente como é importante a posição passada pelo pai para que Mauro compreenda os assuntos que o rodeiam – aqui, o futebol. Desde a primeira cena, onde o garoto passa ao telespectador a informação sobre o goleiro, depois passando pela pergunta sobre os jogadores e agora revelando o que seu pai acredita que irá acontecer com a seleção, percebemos que Mauro também se posiciona a partir do que seu pai coloca para ele, isso é confirmado pelo uso do “até” com valor de advérbio no enunciado, leva-nos a pensar que o menino acredita nas palavras do pai, porém, observando as condições em que o país está vivendo desde 1964, já consegue notar que existem coisas “esquisitas”, ou seja, que não se explicam ou não se encaixam em sua percepção. Já na porta da casa de seu avô, Mauro reforça que não deseja ficar e faz perguntas à sua mãe, não obtendo respostas, cenas que serão analisadas no decorrer deste Relatório, adiante.

Para proteger Mauro e a si do que pode acontecer se ele disser que os pais estão fugindo da ditadura, antes de sair Daniel reforça que estão saindo de férias, e diz para o menino não se esquecer disso. Observa-se o estranhamento do garoto ao entrar em um universo completamente desconhecido, o dos judeus, ao conhecer Shlomo e não compreender o que é dito por ele.

Mauro também se mantém em silêncio quando questionado sobre o paradeiro de seus pais. São dadas algumas “pistas”, pois um dos garotos pergunta se os pais dele estão “presos”, o outro afirma que “fugiram”. Ao ouvi-los, o protagonista se mostra pensativo e não esboça nenhum sinal de resposta à pergunta e à afirmação. Além desta cena, Mauro também se mostra pensativo e observador ao ouvir a conversa de alguns homens no bar falando sobre “comunismo” e “futebol”. Sobre “comunismo”, o garoto não se posiciona. Mas sobre a seleção, Mauro logo se manifesta, colocando as ideias de seu pai.

Conforme os dias passam, Mauro não esquece de seus pais e principalmente de tudo aquilo que seu pai o dizia. Assim que a Copa chega, Mauro se prepara e espera para a chegada dos pais, que não aparecem. No decorrer do tempo, o garoto presencia finalmente a ação violenta dos militares, se depara com prisões e agressões. Conforme Mauro se relaciona com Ítalo, amigo dos seus pais que sabe do paradeiro dos mesmos, a ideia de que eles “estão de férias” é reforçada diversas vezes, até mesmo pela ideia que Ítalo propõe de também “tirar férias”. O reencontro do protagonista com sua mãe é marcado de emoções, perguntas sem resposta novamente e o uso de metáforas. O final do filme é marcado pela dúvida de Mauro quanto ao “exílio”, que o menino relaciona à “ausência do pai”, que está, segundo sua mãe, “sempre atrasado”.

3.2 *Machuca*

O filme *Machuca*, de 2004, foi dirigido por Andrés Wood, se passa em Santiago, Chile, em 1973 e conta a história de dois meninos de 11 anos, Pedro Machuca e Gonzalo Infante, que se tornam amigos pela convivência escolar, proporcionada pelo padre McEnroe, que visa a uma integração entre os garotos da elite e os que vivem na periferia, embora não tenha o apoio dos pais dos alunos da escola que dirige para aceitar os meninos pobres. Gonzalo é de uma família rica e influente, que não tem problemas com a ditadura, enquanto a família de Machuca vive em um povoado ilegal e busca formas de sobrevivência. Juntos, os garotos passam por diversas situações como a participação em protestos comunistas e de direita, nos quais eles começam a compreender as dimensões daquilo que se passa no país, mas, ao mesmo tempo, se veem inseridos em um mundo que não é totalmente conhecido, que vai se mostrando mais claro conforme a ação dos militares se faz mais presente no dia a dia dos personagens. A história segue mostrando uma amizade sólida que se forma apesar dos limites impostos pelas diferenças sociais, que é bastante marcada pelas condições do regime.

O primeiro contato de Gonzalo com Pedro Machuca é por meio do Padre McEnroe, que leva os meninos da periferia para estudar na mesma escola dos meninos com melhores condições de vida. Desde o início da relação dos meninos pobres com os ricos o padre os ensina a manter o devido respeito.

São colocados diversos enunciados relacionados à luta armada e à situação que o país vivia, tais como “Não à guerra civil”, “Renuncie pelo Chile”, “Fora direitistas, aqui vem o povo!” e “A velha economia capitalista está morta”. Algum destes são observados

pelo curioso Gonzalo Infante, que olha atento e pondera em silêncio, aparentemente tentando construir sentidos para aquilo que lê, até ser chamado por sua mãe. Logo, a relação de Gonzalo e Machuca se torna muito próxima e eles vão até um protesto a favor do governo militar para vender algumas mercadorias como bandeiras e cigarros. Ao ouvir “quem não for comunista, pule!”, as crianças começam a pular apenas pela ordem do vizinho de Machuca que os instrui a assim fazer. Após participarem da passeata a favor do governo, os garotos seguem até o protesto dos considerados comunistas, pulando também ao ouvirem “quem não pular é direitista!”. Gonzalo logo exprime dúvida sobre o que é um direitista.

Apesar da grande amizade que se constrói, a diferença social dos garotos fica bem marcada durante todo o decorrer do filme até mesmo por traços sutis, expostos, por exemplo, nas condições em que Machuca vive, em uma casa construída de madeira muito simples que não possui nem sequer um banheiro nas devidas condições de higiene, enquanto Gonzalo vive em uma casa considerada luxuosa, possui alguns bens como um tênis da marca Adidas (uma grife que, à época, marca a importante distinção de posse), que acaba emprestando ao amigo Machuca, pode comprar diversos alimentos mesmo em tempos da crise desesperadora em que o país vivia, com racionamentos. Em certo momento do filme, o pai de Machuca, visivelmente alcoolizado, visita sua família apenas para pegar o dinheiro da mãe do menino e, ao notar a presença de Gonzalo, reforça que, pelo fato do menino vir de família rica, logo a amizade dos dois iria acabar, pois o filho sempre será a pessoa que “limpa os banheiros”, ou seja, não será alguém de destaque, com grande poder aquisitivo, enquanto o amigo iria estar na faculdade, trabalhando na empresa do pai depois de 10 anos e futuramente dono da empresa. Na escola em que os garotos estudam, o conflito também é visível, pois algumas das crianças não aceitam os meninos pobres, o que gera muitas brigas. Os garotos ricos têm o total apoio de seus pais, que acreditam que a violência se dá apenas pela presença dos novatos, “pessoas que não precisavam conhecer”, ou “marxistas”, como dizem os pais de alguns dos alunos, observados pelas crianças que pouco compreendem o que está acontecendo. Como a posição do padre McEnroe continua firme sobre manter os meninos no colégio, o religioso logo sofre acusações de ser comunista, enquanto os garotos assistem estarecidos à confusão que se forma.

No decorrer do filme, as crianças voltam a participar de passeatas a favor e contra o governo, mas agora já estão mais conscientes dos significados de tudo aquilo que está

acontecendo. Gonzalo chega a pisar em uma bandeira do Partido Socialista ao se dar conta de que está em uma manifestação de direita. A partir deste episódio, os garotos começam a perceber os obstáculos que a amizade terá que enfrentar, pois a mãe de Gonzalo está na manifestação e briga, trocando agressões e insultos com a amiga dos meninos, Silvana, enquanto eles assistem ao episódio. O filme começa a mostrar uma situação de extrema violência e intolerância conforme a percepção dos garotos, que vai se aguçando a partir de tudo que presenciam, das paráfrases que acumulam nas várias experiências vividas em espaços públicos. Logo, a relação dos dois é afetada, pois passam a perceber que pertencem a mundos diferentes, brigam entre si a ponto de um não querer mais ver o outro e, portanto, não compartilham mais da mesma amizade que foi construída no decorrer da história, justamente por compreender que são “forçados” a viver cercados – pela sua criação, por seus pais, seu papel na sociedade, entre outros fatores – por ideologias opostas.

É perceptível também a influência que o padre McEnroe projeta sobre os meninos, pois desde o início do filme muitas das posições dos meninos se dão através de seus ensinamentos sobre o respeito ao próximo e a importância da inclusão dos garotos pobres na escola. Em determinado ponto da narrativa, chegam até mesmo a dizer que gostariam de ser “padre” como ele, o que indicia, nesta altura, um lugar que é ponto de articulação entre esses dois mundos.

Ao findar, o filme perde a cor enquanto Gonzalo assiste o assassinato de diversas pessoas que moram na periferia, inclusive de sua amiga Silvana, e só é liberado pelos militares quando percebem que ele usa o mesmo tênis Adidas que antes havia impressionado o então amigo Machuca. Assim, tem início uma fase em que se tenta apagar os indícios de que o país vive sob uma extrema violência, no lugar dos enunciados relacionados ao comunismo antes observados por Gonzalo na escola, o enunciado que aparece em uma das manchetes de destaque agora é “A FIFA informou ao mundo que a vida no Chile está normal”. Porém, depois de presenciar tantos acontecimentos, Gonzalo, agora sozinho, ganhou alguma compreensão do que se passa a sua volta.

3.3 *Kamchatka*

O filme argentino *Kamchatka*, foi dirigido por Marcelo Piñeyro e lançado em 2002. A história se passa no ano de 1976, com a ditadura já instaurada de forma extremamente repressiva na Argentina. Aqui o menino Harry, que muda seu nome

seguindo a imposição de sua família em fuga, tem 10 anos e conta como foi ficar escondido com seu irmão e seus pais enquanto o regime os persegue. Harry deixa de frequentar a escola e passa a sentir falta de seus amigos e das formas de diversão que costumava ter. Conhece, por meio de um livro encontrado por acaso, a história do escapista Houdini, e então passa a admirá-lo e ver em seus atos um grande desafio, o que se torna sua maior forma de entretenimento no decurso dos dias de isolamento. Essa narrativa retrata a vida clandestina dos pais e das crianças, da perspectiva de Harry diante daquilo que ele vê, mas não compreende, seu entendimento se expande à medida que a história se desenrola. Percebemos que existem diversas semelhanças entre as duas narrativas. A cena citada anteriormente, onde os pais de Mauro se deparam com o veículo repleto de militares também se repete logo no início de *Kamchatka*, além de haver similaridades principalmente com o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, devido à maneira como os jogos são praticados pelos pais com os meninos e os breves ensinamentos. Apesar de muitos temas não se mostrarem compreendidos e cristalizados para as crianças, toda a estrutura de compreensão fundamental da relação familiar e contextual vai produzindo sentidos nas relações que se estabelecem entre certos modos de dizer.

Logo no início do filme já compreendemos a relação muito próxima de Harry com sua mãe, que vai buscá-lo na escola mais cedo e desperta a curiosidade do garoto sobre os planos do dia, perguntando diversas coisas à sua mãe, mas obtendo curtas respostas e explicações muito vagas sobre o que irá acontecer. Assim como Mauro no filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, Harry observa atentamente, também se mostrando muito curioso ao se deparar com uma escolta militar fazendo vistorias em uma das vias da cidade, enquanto sua mãe expressa um visível nervosismo, provocado pela situação em que se encontra. Já na casa dos amigos de seus pais, Harry observa atentamente sua mãe contando alguns ocorridos à sua amiga, expressa curiosidade mais uma vez, justamente por acreditar que estavam sendo dadas as explicações que ele pediu anteriormente, ou pelo menos pistas de algumas das respostas.

Enquanto constrói um diálogo com seu pai, Harry se mostra muito inocente, não tem ideia do que se passa a sua volta. Apesar de entender, ouvindo a conversa de sua mãe, o que aconteceu com um dos amigos dos pais que foi preso pelos militares, acredita que seu pai irá soltá-lo, pois ele é advogado. Pergunta então várias coisas sobre prisão, mas não obtém resposta de seu pai, que apenas o tranquiliza dizendo que não será preso, mas

diz que a família irá se “afastar” até que “as coisas se acalmem”, assumindo que estão com problemas.

Para explicar quais são as medidas de segurança que os meninos devem tomar se houver alguma invasão dos militares ao sítio em que estão “afastados”, o pai dos garotos lhes explica o que fazer a partir de associação com filmes, como se estivessem vivendo uma grande aventura, assim, aguçando a imaginação e a percepção dos dois. As perguntas aos pais ainda continuam presentes, mesmo que sem maiores explicações, pois todos foram inseridos em lugares completamente novos e desconhecidos. Logo, Harry acha um grande exemplo, o escapista Harry Houdini – talvez daí venha seu novo nome – que “consegue sair das situações mais difíceis”, segundo o garoto. Algumas instruções são dadas pelos pais, como não atender o telefone e não ligar para ninguém, não sem o questionamento dos meninos, que não compreendem a razão de ficarem escondidos no sítio, mas não há resposta, apenas aceitam a imposição. Por fim, são instruídos a mudar seus nomes, provavelmente para não serem reconhecidos por ninguém. Conforme o desenrolar da história, Harry e seu irmão vão captando algumas das expressões e palavras ditas por seus pais e dando a elas o significado que lhes parece plausível. Em determinado momento, o pai, agora chamado David, expõe que o governo deve “branquear os presos políticos”. O irmão de Harry o prende com uma corda em uma cadeira e em seguida pinta o rosto do garoto com uma tinta branca, alegando estar “branqueando o prisioneiro”. São postas muitas cobranças e ideias sem maiores explicações, o que acaba criando uma grande confusão para Harry e seu irmão. As mínimas explicações possíveis são dadas pela mãe, que não fala sobre a situação em que vivem e sim sobre o escapismo, arte com a qual Harry se encontra encantado, tem em Houdini sua grande distração.

A relação íntima de Harry com seu pai também é observada pelo jogo TEG, um jogo de tabuleiro de estratégia, onde os adversários têm como objetivo conquistar ao menos 30 dos 50 países que estão no jogo. Ao conquistá-los, o jogo termina. David e o menino têm o costume de jogar um contra o outro. Os gestos de proximidade entre a família ainda são mantidos, mesmo com as saídas constantes dos pais dos garotos e a ausência de respostas e compreensão do mundo.

A chegada de Lucas, nome falso de um garoto que vai morar com a família, provavelmente alguém que também está se escondendo dos militares, desperta ainda mais a curiosidade dos meninos, que não encontram respostas para a presença do novo morador. Lucas também esconde alguns aspectos fundamentais sobre a vida dos pais, se

esquivando das perguntas de Harry. Todas as respostas ainda são relacionadas às aventuras e missões secretas, coisas que fazem parte do mundo das crianças.

Os garotos vivem cercados de surpresas, começam a frequentar uma nova escola, comandada por padres, porém, sem qualquer tipo de registro que possa ser encontrado pelos militares. Harry ganha mais um novo nome, Aroldo. Passam a viver em um mundo cercado por medo e desconfiança, pois, pela ausência de explicações, são levados a acreditar que serão abandonados e que não poderão mais viver na companhia de seus pais.

Apesar de parecer que as coisas não fazem mais sentido no mundo em que vivem, Harry aos poucos compreende a maioria do que acontece a sua volta, conta ao avô tudo o que está se passando em sua casa, com seus pais, com os empregos e com os amigos deles. Ele apenas não compreende a fuga da ditadura, não entende que seus pais são militantes. Percebemos que a maioria das falas sobre alguma reflexão, como sobre o jogo TEG, o corpo humano e estrelas cadentes, ditas pelo protagonista estão necessariamente ligadas aos ensinamentos de seus pais, como é exposto mais ao findar do filme:

Harry: As estrelas cadentes são rochas que entram em combustão ao entrar na atmosfera. Mamãe estava certa sobre isso. Por alguma razão, as estrelas cadentes têm relação direta com desejos. Papai tinha razão sobre isso.

A primeira situação de abandono é vivida quando o grande amigo, Lucas, abandona o sítio após uma invasão dos militares. Mais uma vez, Harry busca respostas e não as encontra. Encontramos explicação para o título do filme quando Harry e seu pai estão em uma partida de TEG e o protagonista tenta ganhar a península de Kamchatka, localizada na região oriental da Rússia. Harry tenta “rouba-la” de seu pai de todas as maneiras, mas é derrotado em todos os seus ataques. A península também foi alvo de bombardeios e testes durante a Guerra Fria, porém, sobrevive até os dias de hoje, ou seja, é uma marca de resistência.

Conforme a situação se agrava e os amigos dos pais dos garotos são mortos, é então tomada a decisão de deixá-los com os avós e seguir para um outro local. Sem maiores explicações e uma despedida marcada apenas por palavras e amor e carinho, os pais então seguem viagem, deixando as crianças para trás. Harry consegue compreender algumas das ideias de resistência e luta passadas pelos seus pais, e após ser deixado por eles, conclui:

Harry: Na última vez em que o vi, meu pai falou de Kamchatka. Dessa vez eu entendi. E cada vez que joguei, meu pai estava comigo. Quando o jogo ficava difícil, eu fazia como ele e sobrevivi. Porque Kamchatka é um lugar onde a gente pode resistir.

Considerando estas descrições das narrativas, entendemos que os enunciados estão ligados ao modo como certos gestos e mesmo uma gestão dos corpos se articulam produzindo sentidos. No próximo Relatório, refinaremos a coleta desses semas, de modo a sistematizar as paráfrases que, junto ao que é calado, delineia uma semântica global em cada narrativa fílmica e, segundo nossa hipótese, possivelmente produz uma semântica que dá identidade aos desaparecimentos característicos das ditaduras vividas no Cone Sul.

Para tanto, cremos que ainda é preciso considerar essa articulação de elementos de diferentes semioses, por isso mobilizamos, ainda a noção de práticas Inter semióticas tal como propõe Maingueneau na obra que assumimos aqui como base teórica destas reflexões.

3.4 Práticas intersemióticas

Voltando aos conceitos colocados por Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2007), compreendemos que também é de grande importância que seja considerado o caráter intersemiótico das narrativas fílmicas que entendemos aqui como textualizações de discursos, pois

Limitar o universo discursivo unicamente aos objetos linguísticos constitui sem dúvida alguma um meio de precaver-se contra os riscos inerentes a qualquer tentativa “intesemiótica”, mas apresenta o inconveniente de nos deixar muito aquém daquilo que todo mundo sempre soube, a saber, que os diversos suportes intersemióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escanções históricas, às mesmas restrições temáticas etc.... (MAINGUENEAU, 2007, p. 145)

Ou seja, assim como no conceito de semântica global, em que são propostos planos de estudo que mantêm uma relação indissociável entre si, aqui também é proposto que analisemos os discursos como uma prática que vai além do dizer, relaciona-se à maneira como ele será apresentado (*encenado*, segundo desdobramentos futuros, no próximo Relatório) e por meio de quais instrumentos ou dispositivos enunciativos. O texto – “capacidade comum de ser investido por um mesmo sistema semântico”

(MAINGUENEAU, 2007, p. 147) – pode ser atualizado de diversas maneiras, delimitando-se, assim, uma coexistência entre os elementos que o constituem como discurso, é o caso, por exemplo, da relação entre literatura e pintura. Para analisarmos como é construída a relação de um discurso com o que se coloca a partir dele, seja por meio da música, da pintura, da literatura, etc., Maingueneau propõe que analisemos os critérios que fazem a análise ser pertinente, utiliza, para tanto, exemplos de duas pinturas procurando relatar as relações entre o modo como são produzidas e o discurso que as “funda” (ou fundamenta).

Nos filmes aqui postos em exame, podemos compreender alguns elementos intersemióticos que se relacionam com a temática abordada pelos mesmos. *O ano em que meus pais saíram de férias* e *Machuca* são filmados em cores frias, quase não se vê a presença de cores quentes no decorrer da história. O fato de *Machuca* perder um pouco de sua cor ao findar, mostra-nos que, a partir da percepção de Gonzalo, não se vive mais em um mundo “normal”, como aparece no enunciado da FIFA, pois ele perde a amizade do amigo que o acompanhou nas descobertas não só sobre aquilo que era relacionado à ditadura, como também sobre a própria vida, e presença cenas de morte, agressão. O próprio comportamento das crianças também se torna de extrema importância para a análise, pois buscam afeto a todo momento, sendo por meio de seus pais, em *Kamchatka* e *Machuca*, ou por meio daqueles que lhes são queridos como *O ano em que meus pais saíram de férias*. Mauro, Machuca e Harry são aparentemente dependentes de abraços, demonstrações de afeto e de diálogos, afirmações de que está tudo em paz, mesmo que eles vejam outra realidade pelas ruas.

A composição das cenas será esmiuçada futuramente, à luz das noções de cenas da enunciação desenvolvidas por Dominique Maingueneau em *Cenas da enunciação*, 2008 e em *Análise de textos de comunicação*, 2005, nas quais as várias semioses compõem totalidades.

4. Análises parciais

Como foi exposto acima, no decorrer das narrativas fílmicas podemos perceber que as crianças só conseguem construir sentidos para o mundo em que vivem a partir de três principais maneiras de interações: i) uma delas sendo com os pais ou adultos, ii) outra se dá quando voltam sua atenção às palavras que são ditas iii) ou então através dos

silêncios produzidos por aqueles que os cercam, como veremos em três cenas selecionadas de cada um dos filmes, nas quais os meninos constroem sentidos ou reagem de acordo com aquilo que já foi compreendido por eles sobre tudo o que estão vivendo..

Em *O ano em que meus pais saíram de férias*, selecionamos um trecho que acontece aos 45 minutos de projeção. Mauro já está vivendo com o judeu Shlomo e vai brincar com as crianças da rua em que está morando e, após o passeio, para em um bar para assistir televisão. Ali, troca breves palavras com as pessoas e, ao dizer que era neto de Mótél, é reconhecido por um dos amigos de seu pai, Ítalo.



No trecho acima, percebemos como a palavra “férias” acaba realmente ganhando algum sentido para Mauro e observamos como ele passa a saber usá-la nas situações em que seus pais gostariam e pediram para que fosse usada, como que para protegê-los. É um termo com o qual Mauro se potencializa e, assim, participa do que quer que seja que seus pais estejam fazendo.

Nesse ponto do filme, o garoto já estava curioso, observando tudo o que acontecia a sua volta e percebendo que não estava mais vivendo em uma situação normal de vida, como ele estava acostumado antes de seus pais “saírem de férias” sem ele. As experiências que são vividas fazem Mauro compreender que não deve ter uma conversa espontânea e tranquila, contando o que havia se passado, dizendo que não sabia o motivo do “desaparecimento” dos seus pais, mesmo que o interessado seja um “amigo” deles. A própria palavra “amigo” se pacifica. Aqui então, já vemos se formar claramente uma competência discursiva que faz com que Mauro seja capaz de compreender e reconhecer que Ítalo, ao enunciar, se mostrava interessado em construir um diálogo sobre a vida de Daniel, mas que ele não deve falar que eles estão sumidos e que não há notícias. Percebemos que o menino nem ao menos tira um tempo para pensar na resposta, já responde de imediato, e isso também é uma característica da formação da competência discursiva, pois ele já é capaz de reproduzir aquilo que ele acha dever fazer, depois de tantas recomendações dos pais dele antes de irem embora e diante de tudo o que vem sendo vivido no lugar que ele está. Portanto, percebemos que a partir desse episódio, a palavra “férias” já contém um novo sentido para a criança, significa que ele não pode dizer o que aconteceu com seus pais, pois, apesar de ele mesmo não saber ao certo, poderia contar que ambos foram embora já havia um tempo e perguntar se o “amigo” tinha alguma notícia, mas ele prefere responder assim como foi instruído. Além disso, estavam em um bar com algumas pessoas, mais adiante na narrativa, Mauro e Ítalo constroem uma relação, mas não era possível que o garoto perguntasse por notícias no meio de tantas pessoas, e ele mesmo reconhece isso.

Em certo ponto do filme, a polícia vai atrás de Ítalo, que é encoberto por Mauro e acaba dizendo ao garoto que também irá tirar férias. Ou seja, o uso recorrente dessa unidade lexical nos discursos que os pais dos meninos faziam sempre antes de sair acabou por marcar aquilo que devia ser dito apenas para encobri-los, o menino não demorou muito para perceber que a palavra não era usada em seu sentido literal.

Também é importante que seja levado em consideração o modo como Mauro enuncia, pois ele se mantém sentado, observando as palavras de Ítalo e respondendo claramente e sem ponderar, pois já compreende o que pode e deve ser dito, sabe que não deve fazer perguntas ou dizer algo de diferente sobre aquela situação, para que seus pais não sejam prejudicados. As respostas são claras, rápidas e categóricas.

Além disso, percebemos que o menino enuncia a partir do lugar de filho do casal e compreendemos isso também como um fator importante, porque não há motivos para a criança querer o mal para Bia e Daniel, pelo contrário, ele sente falta dos pais e quer que eles voltem logo, portanto, quanto menos ele disser sobre o sumiço dos dois, menos ele irá prejudicá-los, pois mesmo que o enunciatário, Ítalo, diga ser amigo de seu pai e uma pessoa em que ele possa confiar, nessa situação eles estão cercados por pessoas desconhecidas que podem prejudicar os militantes.

Em *Machuca*, selecionamos uma cena que mostra a importância da posição dos pais das crianças para constituir aquilo que pensam e como devem se comportar e se posicionar diante de determinadas situações. Acontece a 1 hora e 13 minutos de filme, um momento em que o padre McEnroe convoca os alunos e os pais para conversar sobre o que está acontecendo na escola, a relação conflituosa entre as crianças ricas e as pobres. O padre diz que aqueles que não estão contentes com o colégio devem se retirar e recebe a resposta de que quem deve sair é ele, como vemos abaixo.



Quando a mulher, que se parece muito com a mãe de Gonzalo Infante, devido às roupas que usa, enuncia chamando o padre de “comunista”, as crianças imediatamente se olham preocupadas com o conflito que está se formando e percebendo cada vez mais que pertencem a mundos diferentes, enquanto a mãe de Gonzalo está entre as que acham um absurdo seus filhos terem que conviver com “marxistas”, a mãe de Machuca está entre as pessoas de passado triste, cercado de miséria e trabalho e que precisam da oportunidade para que seus filhos possam estudar.

“Comunista” é uma palavra que já faz sentido há algum tempo para os garotos e que fica cada vez mais demarcada pela diferença social entre eles, pois Machuca estaria vivendo junto aos “comunistas”, enquanto Gonzalo estaria participando dos que se denominam “direitistas”, os apoiadores do governo. Aqui percebemos a importância da posição dos pais dos garotos e das posições em que vivem, o que faz com que eles também sejam inseridos em determinada ideologia, mesmo que não compreendam nem tenham poder de escolha. Os pais de Gonzalo estão claramente a favor do governo, mas a mãe de Machuca não se posiciona, apenas está em busca de melhores oportunidades.

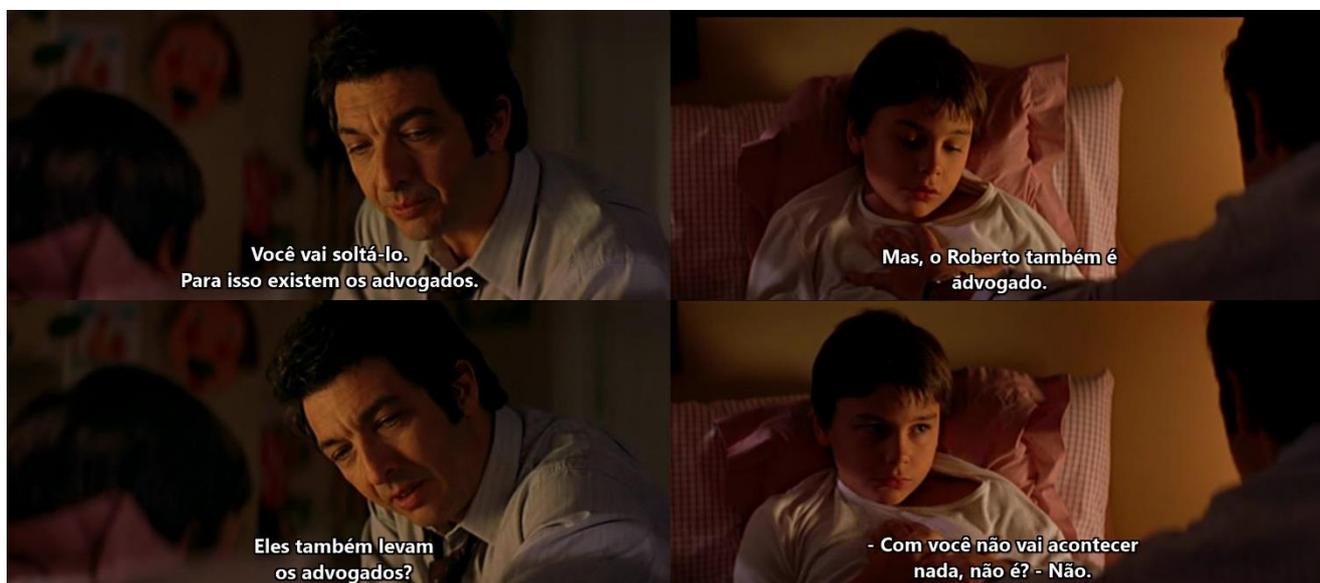
É interessante repararmos a preocupação estampada no rosto dos meninos. Nessa fase do filme, eles já compreendem que algo grave está acontecendo, pois estão vivendo em uma sociedade cercada de violência por todos os lados. Machuca já compreende que a amizade entre os dois é praticamente impossível de se manter e decide se afastar em seguida. Mesmo no silêncio do olhar, eles conseguem construir um sentido para aquilo que os cerca e para as posições e decisões a serem tomadas a partir dali.

Acreditamos ser importante também acrescentar que a pessoa em que os meninos se espelham é o padre McEnroe, não seus pais nem os amigos que os cercam. Justamente pelo padre incentivar o contato entre as crianças, a amizade e a compreensão. Em certo ponto do filme, Machuca diz querer ser “padre” assim como McEnroe, para poder ajudar as pessoas e principalmente aos pobres, Gonzalo concorda com o amigo e diz que vai pensar em ser “padre” também. Portanto, no jogo de paráfrases que há nessa narrativa, se as crianças seguem aquilo que o padre diz e compartilham da mesma ideologia igualitária que ele propõe, provavelmente também seriam considerados “comunistas” pela sociedade em que vivem. No entanto, nesse ponto do filme, não é algo que os preocupa muito. Se a mãe de Machuca e os amigos da família que o cercam não se posicionam politicamente, apenas vivem em uma classe social inferior, ele não ia ter de onde tirar uma posição X ou Y, portanto se espelha nas opiniões e posições do padre. Já Gonzalo podia compartilhar

da posição de seus pais, porém, como preza sua amizade, prefere acreditar e viver aquilo que o padre prega em seu colégio. Aqui, então, o que faz sentido para as crianças é o que é passado por aquele em que eles acreditam e admiram, padre McEnroe.

Como proposto por Maingueneau, conforme resenhas acima, também é importante percebermos que o Outro sempre influenciará o pensamento do Mesmo, e sua posição é sempre válida e tem uma grande importância sobre o outro discurso, sendo ele contrário ou não. Portanto, se é proferido que o padre é um comunista porque pensa em uma visão igualitária de direitos, alguma parte da sociedade irá acatar esse discurso e fará com que seja válido, tanto prova que ao findar do filme, o padre é preso pelos militares. Logo, mesmo que ele não se coloque por si mesmo como um comunista ou alguém que está contra o governo, aqueles que determinam a ele essa posição, acabam por fazer com que ela valha, e não qualquer outra que o religioso queira demonstrar.

Já em *Kamchatka*, decidimos observar uma cena em que algumas coisas são inferidas através do silêncio. Logo no início do filme, aos 6 minutos, Harry conversa com seu pai sobre um amigo dele, Roberto, que foi morto pelos militares e que também era advogado, assim como seu pai.



Percebemos que a criança faz diversas afirmações e perguntas, mas só obtém resposta na sua última fala, quando pergunta de o pai não vai ser levado assim como o amigo. David responde apenas para tranquiliza-lo, já que não sabe ao certo o que irá

acontecer com a família, então apenas responde que não vai acontecer nada para que o menino não pense que ele irá ser preso ou desaparecerá.

A primeira afirmação tem efeito de pergunta, pois o garoto espera uma resposta afirmativa de seu pai, uma concordância. Diante da falta de respostas, continua expondo suas reflexões. Em seguida, o garoto diz que o amigo dos pais era advogado também, e assim percebe que seu pai não poderá soltá-lo, já que eles têm a mesma profissão e que, se um foi levado, o outro também pode ser. A terceira fala, a pergunta sobre os advogados também serem levados, já tem uma resposta certa para Harry, pois ele já entendeu que, se o amigo do pai foi levado, os advogados são levados, sim, porém, pode-se perceber que ele enuncia esperando receber uma resposta do pai que o tranquilize, o que não acontece. A construção de sentidos se produz na relação das colocações do garoto com o silêncio do pai diante das preocupações colocadas.

No que se relaciona à competência discursiva, percebemos que ela está sendo formada aos poucos nas indagações e no silêncio do próprio Harry, que sabe as respostas de suas perguntas mas prefere interiorizá-las para que seu pai possa dizer um algo diferente do que aquilo que ele parece ir percebendo ser verdade, um discurso que concorda que os advogados não podem soltar os presos, que os militares levam os advogados também como e que pode, sim, acontecer algo com seus pais. Esse discurso é “suprimido” e são colocadas as perguntas para que o pai discorde dele e o tranquilize, o que acontece apenas no findar do diálogo. Não só na cena selecionada pra estas análises preliminares, mas percebemos que, no decorrer da narrativa fílmica, mesmo com a ausência de explicações claras, o garoto percebe que não se vive mais em uma “situação de paz”, percebe que os assuntos dos pais são sobre mortes e desaparecimentos, não obtém respostas claras de seu pai e tudo isso coopera para que ele faça sua própria construção de mundo, pela observação do mundo em que está inserido, a ação dos militares pelas ruas, as notícias que passam na televisão e os discursos de políticos e militantes a que ele e seu irmão assistem na companhia de seu pai.

Aqui também percebemos a importância que o pai exerce para o menino, pois a resposta dada à sua última pergunta não é necessariamente uma verdade, já que ele não tem como saber se será levado ou não, e mesmo que Harry já tenha entendido que o pai pode, sim, ser levado a qualquer momento, o papel de David nesse diálogo é tranquilizar o filho, que aceita sua resposta como um momento em que deve deixar de perguntar sobre as diversas dúvidas que tem.

De acordo com as cenas aqui descritas, das quais levantamos traços semânticos fundamentais, podemos perceber que os sentidos vão se construindo através de relações e associações feitas pelos próprios garotos conforme o conhecimento de mundo deles vai se expandindo, na experiência vivida. Isso é feito basicamente por meio de três tipos de interações, como expusemos acima: i) através dos semas que se mostram realmente definidores de um pensamento ou posição, como o caso da palavra “férias” em *O ano em que meus pais saíram de férias*, ii) através das pessoas nas quais os garotos se espelham ou de sua família, como é o caso de *Machuca*, onde as crianças não têm uma posição demarcada, mas são inseridas em ideologias contrárias por viverem em lugares sociais (e de poder financeiro) distintos, apesar de seu real posicionamento ser definido pelo padre e, por fim, iii) a interação com o silêncio, que é responsável, por exemplo, por ser o lugar onde Harry constrói os sentidos no filme *Kamchatka*, diante da ausência de respostas de seus pais e de todos que o cercam.

Em Relatório futuro, voltaremos a estas descrições analíticas com vistas a abordar as categorias propostas para o entendimento da semântica global, tal como exposto acima, procurando mostrar o funcionamento das textualizações sob o primado do interdiscurso e, então, apresentar os levantamentos que possivelmente nos permitem falar em uma semântica do desaparecimento no Cone Sul.

5. Cronograma de trabalho

Janeiro: Análise dos dados e documentos publicados pela Comissão Nacional da Verdade;

Fevereiro: Análise de cenas dos filmes com base nas *cenas da enunciação* propostas por Dominique Maingueneau em *Cenas da enunciação* e em *Análise de textos de comunicação*;

Março: Estudo da relação dos silêncios e não ditos com as paráfrases presentes nos filmes;

Abril: Levantamento dos dados que possibilitam a construção de uma *semântica global* relacionada aos desaparecimentos;

Maior: Participação em eventos;

Junho: Entrega do Relatório Final.

6. Bibliografia citada

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise Gregolin. & BARONAS, Roberto. (orgs.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos (SP): Claraluz. 2001. p.60-80.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. – Curitiba: Criar edições, 2007. 189p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1975; 1988.

_____. **Papel da Memória**. In: ACHARD, Pierre [et al.]. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 49-57.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direita no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

7. Anexos

Anexo 1



CERTIFICADO

Certificamos que DÉBORA ESTEVES BAPTISTA participou do 63º. Seminário do GEL, realizado em Campinas, no estado de São Paulo, de 07 de Julho a 09 de Julho de 2015, com apresentação do trabalho abaixo discriminado, em Paineis.

Autor(es): DÉBORA ESTEVES BAPTISTA

Título do trabalho: Uma "semântica do desaparecimento" no Cone Sul: estudos dos indícios discursivos da relação entre crianças e os regimes de exceção.

Carga horária total do evento: 20 horas

São Paulo, 07 de Dezembro de 2015.

Rosana do Carmo Novaes Pinto

Presidente do GEL

Para verificar a autenticidade deste certificado, acesse www.gel.org.br/Certificado.php e informe o código: 4902639

Anexo 2

CERTIFICADO

SEMP|2015
SEMANA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL 24 A 29 AGO

O Colégio Batista Brasileiro - Unidade Bauru certifica que

DÉBORA ESTEVES BAPTISTA

participou da **Semana de Orientação Profissional**,

realizada de 24 a 29 de agosto de 2015, como palestrante convidado.

Bauru, 29 de agosto de 2015.

Profª Marta C. A. Mello Soares
Diretora



Anexo 3

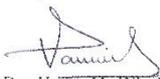


IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DO DISCURSO

*A produção dos consensos e a conquista das resistências:
os discursos nos movimentos do mundo contemporâneo*

Certificamos que Débora Esteves BAPTISTA participou do **IV Colóquio Internacional de Análise do Discurso**, realizado nos dias 2, 3 e 4 de setembro de 2015 na Universidade Federal de São Carlos, com a apresentação do trabalho **UMA "SEMÂNTICA DO DESAPARECIMENTO" NO CONE SUL: ESTUDO DOS INDÍCIOS DISCURSIVOS DA RELAÇÃO ENTRE CRIANÇAS E OS REGIMES DE EXCEÇÃO** junto ao COMUNICA, contabilizando 30 horas de atividades.

São Carlos, 4 de setembro de 2015.


Prof. Dra. Vanice M. Oliveira Sargentini
Presidente da Comissão Organizadora



Anexo 4



IX Seminário de Pesquisas da Pós-Graduação em Linguística IV Seminário de Produção em Linguística Universidade Federal de São Carlos 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2015, São Carlos - SP - Brasil

CERTIFICADO

Certificamos que Débora Esteves Baptista apresentou trabalho intitulado *Uma "semântica do desaparecimento" no Cone Sul: estudos dos indícios discursivos da relação entre crianças e os regimes de exceção*, na modalidade de painel, no IX Seminário de Pesquisas da Pós-Graduação em Linguística e IV Seminário de Produção em Linguística, realizados na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos dias 30 de setembro, 1º e 02 de outubro de 2015.

São Carlos, 02 de outubro de 2015


Helena Maria Boschi da Silva
Presidente da Comissão Organizadora


Prof. Dra. Carolina de Paula Machado
Coordenação do Curso de Linguística


Prof. Dra. Monica Baltazar Diniz Signori
Coordenação do PPGL/UFSCar

